

- > Artigo
- >
- > Ciência: para valer ou só para decorar?
- > Por Lúcio Flávio Pinto em 05/07/2004
- >
- > Fonte: Jornal Pessoal
- > Durante vários anos Rondônia foi o único Estado da Amazônia a dispor de um
- > zoneamento econômico-ecológico. Esse tipo de planejamento foi adotado por
- > pressão do Banco Mundial. Principal financiador do Polonoroeste, um
- > programa de colonização das margens da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), o Bird
- > queria uma contrapartida de proteção ambiental ao impacto negativo do
- > adensamento da atividade humana nessa área. Mas o zoneamento acabou
- > servindo mais para aplacar a consciência pesada dos patronos da devastação
- > do que como medida de efetivo ordenamento territorial.
- >
- > Hoje, proporcionalmente, Rondônia é o Estado mais desmatado da Amazônia.
- A
- > área alterada pelo homem já ultrapassou o limite de 20% de preservação
- > estabelecido legalmente. Por isso, as lideranças rondonienses querem
- > excluir o Estado da jurisdição da Amazônia Legal e fazê-lo passar a
- integrar
- > o Centro-Oeste, com o qual já tem mais identidades, inclusive físicas, por
- > efeito de sua devastadora descaracterização. O zoneamento, assim, se
- tornou
- > uma falácia.
- >
- > Mas hoje, de um modo ou de outro, todas as demais unidades federativas
- > amazônicas têm o seu. O Pará, que começou essa busca há quase 15 anos,
- > chega tardiamente à meta. Não foi sem surpresa, no entanto, que a
- > comunidade técnica e científica ficou sabendo que o Pará já possui um
- > projeto de zoneamento ecológico-econômico pronto e acabado. Nos últimos
- > dois meses o secretário da Sectam (Secretaria de Ciência, Tecnologia e
- Meio
- > Ambiente), Gabriel Guerreiro, tem feito peregrinações por todo o Estado
- para
- > divulgar o documento, elaborado por sua equipe. O próprio governador
- Simão
- > Jatene tem aparecido em vários desses encontros para avaliar a iniciativa
- e
- > realçar sua importância.
- >
- > Não têm sido poucos os questionamentos à metodologia do trabalho realizado
- > pelos técnicos da Sectam. Vários dos críticos acham que, a despeito de
- > tantos debates promovidos, pouco o documento deverá ser mudado, se é que
- > admite mudança a partir de fora. Ele pode vir a ser retocado, mas sua
- > essência deverá permanecer inalterada, por corresponder ao desejo do
- > governo. Flagrado em incômoda falta, ele parece ter decidido queimar

- > bruscamente etapas e submeter à sociedade não uma idéia, mas um projeto
- > completamente amadurecido interna corporis.
- >
- > Desde a administração Almir Gabriel, o Pará se apresenta como um Estado
- > desenvolvimentista. Sua prioridade é crescer. Em segundo lugar, ajustar
- o
- > crescimento às condicionantes ambientais. A apresentação de um projeto
- > completo de zoneamento não significa uma revisão dessa concepção, mas o seu
- > ajustamento a uma conjuntura na qual as cobranças sociais e políticas tornam
- > inevitável o compromisso ecológico.
- >
- > Do meu ponto de vista, importa menos examinar o projeto do governo em
- > minúcias. Ele não passa de um ensaio técnico, ou um exercício intelectual,
- > com algumas pitadas de norma legal e de ação pública. Representa um avanço,
- > na administração Jatene, sobre a gestão do antecessor tucano, bicudo demais
- > para essas coisas de ambientalismo. Mas é uma mudança cosmética. A moldura
- > ficou melhor, mas o conteúdo permanece grave. O poder público vai continuar
- > a ser um bombeiro, apagando incêndios que não pode prevenir, e um recolhedor
- > de migalhas (quando não dos restos do combate).
- >
- > Um zoneamento para valer teria que ser uma iniciativa de antecipação e, por
- > isso, de imposição de normas, efetivamente ajustadas ao conhecimento humano.
- > Mas como impor essa regulamentação se as fontes do saber estão distantes e
- > desligadas das frentes econômicas? Não é a regra, mas às vezes os centros
- > de produção do conhecimento estão potencialmente habilitados a iluminar a
- > atividade do homem em áreas pioneiras da Amazônia com a luz do conhecimento
- > provado. Como levar, porém, essa habilitação ao colono ou fazer as empresas
- > adotá-la? A primeira e decisiva resposta está num incremento - por certo
- > notável - na base científica e tecnológica. Ela devia ser a prioridade do
- > investimento público na região. Só assim o zoneamento deixará de ser um
- > exercício de informática e uma declaração de intenções.
- >
- > Em maio, o presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da
- > Ciência), Enio Candotti, propôs aos seus pares do Conselho Científico e
- > Técnico, diante do presidente (também do conselho) Luiz Inácio Lula da

- > Silva, que o governo autorizasse o desbloqueio (ou descontigenciamento, na
- > linguagem burocratês) de 30% dos recursos dos fundos setoriais, que somariam
- > 900 milhões de reais, para formar cinco mil doutores na Amazônia no prazo de
- > seis anos.
- >
- > A proposta é louvável, mas não é exequível, reagiram de pronto vários
- > notáveis. De fato, ela é tremendamente complexa. No conteúdo da
- > argumentação e na tonalidade assumida pelos argumentos dos que se opuseram à
- > tese de Candotti, contudo, pode-se sentir o ranço da iconoclastia paulista,
- > produto de um monopólio que, em matéria de ciência & tecnologia, é ainda
- > mais poderoso do que no próprio âmbito da economia. A USP (Universidade de
- > São Paulo), em seu âmbito, tem mais poder do que a Fiesp (Federação das
- > Indústrias do Estado de São Paulo). É claro que se implicar num êxodo
- > científico, viabilizando-se pela atração de todos os mestres, doutores e
- > pós-doutores que viriam do Sul para aculturar o bugre científico da
- > Amazônia, a proposta do presidente da SBPC morrerá no nascedouro. Alguns
- > críticos, que devem ser considerados mais realistas do que o rei, enumeraram
- > todos os procedimentos técnicos e formais que precisariam ser adotados para
- > que os cinco mil doutores pudessem ser preparados, desde pessoal humano até
- > estrutura física.
- >
- > No entanto, eles se transportam para uma fronteira com a cultura da
- > metrópole, arraigados em seu mundo (como aqueles texanos que carregam
- > consigo, seja lá para onde vão no planeta, até as esporas de suas botas).
- > Na situação de carência e limitação da ciência amazônica, condenada a viver
- > com menos de 1% do orçamento nacional de C&T, realmente um crescimento
- > exponencial, como esse sugerido por Candotti, a implodiria.
- >
- > Mas a pergunta que deveria ser feita por intelectuais realmente solidários
- > com o drama amazônico seria: por que confinar os futuros doutores aos campi?
- > Por que reduzir a formação à estrutura convencional das universidades?
- >
- > Uma resposta realista e satisfatória, mas com um inevitável componente
- > utópico, combinaria o projeto de dar expressão real à prioridade em C&T a
- > uma nova visão do zoneamento. Ao invés de o planejamento ser um jogo
- > combinatório de variáveis secundárias, do qual pode resultar um belo
- > trabalho acadêmico, ele já poderia ser a ação pública em si: os futuros

- > cientistas seriam mandados para as frentes pioneiras, levando consigo o
- > conhecimento que já têm e buscando enriquecê-lo no contato direto com a
- > realidade.
- >
- > Talvez o investimento necessário excedesse a média de 15 milhões de reais
- ao
- > mês, prevista por Candotti para o custeio da formação dos doutores, mas
- > certamente os recursos nacionais seriam complementados (e até excedidos)
- por
- > colaboração internacional. Se o zoneamento estabelecesse como vocação de
- > determinada área o manejo florestal, o governo instalaria uma base física
- na
- > área (primitiva e confortável, como a Cidade Humboldt, projetada por Pedro
- > Paulo Lomba para Aripuanã, em Mato Grosso, na década de 70) para futuros
- > doutores em floresta, que estabeleceriam seus laboratórios na mata e não
- no
- > campus, provando e provando-se na demonstração do seu saber, não como um
- > bônus individual mas um patrimônio coletivo.
- >
- > Ou seja: ao invés de haver apenas garimpeiros, madeireiros, mineradoras e
- > outros contumazes atores do pioneirismo, surgiriam cientistas. Não só com
- > suas anotações e observações, mas também com suas intervenções práticas,
- > mostrando que tanto sabem ensinar quanto fazer, com isso desautorizando
- > aquele velho ditado popular de descrença no valor do saber (quem sabe,
- faz;
- > quem não sabe, ensina). Com isso, a Amazônia formaria sua própria
- ciência,
- > seus próprios cientistas e sua própria história, valendo-se do patrimônio
- > alheio, da solidariedade dos outros, mas sem se deixar sufocar por esse
- > bom-mocismo de resultados duvidosos, quando eles não contradizem suas
- > intenções.
- >
- > Será que não vale a pena tentar essa novidade? Ao menos a ciência, ao
- invés
- > de decorar prateleiras e enriquecer currículos, poderá se transformar na
- > autora de uma história melhor para a Amazônia, enquanto há história sendo
- > escrita. Uma história como não houve igual na formação de colônias no
- > mundo.